

A integração da Ilíria ao Império Romano (sécs. III a.C.-I d.C.)

The integration of Illyria into the Roman Empire (3rd century BC-1st century AD)

Guilherme de Aquino Silva*

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar a integração do território da Ilíria ao Império Romano. Demonstramos que a conquista e ocupação romana foram processos lentos e graduais, estendendo-se, por séculos, até o estabelecimento da província. Entre os séculos III a.C. e I d.C., o território ilírio foi palco de disputas e sua integração foi efetuada mediante o emprego de diversas estratégias por parte de Roma, não apenas militares, mas também políticas e jurídicas. Ademais, notamos a influência dos nativos nesse processo, seja por meio da resistência direta ou por intermédio dos acordos estabelecidos com Roma. De início, exploramos a composição étnica e geográfica da Ilíria, no contexto pré-romano, e, em seguida, discorremos sobre as fases da anexação da região ao Império Romano, abordando a resistência dos nativos e o papel das elites locais no processo de integração.

Abstract: This article aims to examine the integration of Illyrian territory into the Roman Empire. We demonstrate that the Roman conquest and occupation were slow and gradual processes, extending over centuries until the establishment of the province. Between the 3rd century BC and 1st century AD, Illyrian territory was the stage of disputes, and its integration was carried out through various Roman strategies, not only military but also political and legal. Furthermore, we note the influence of the natives in this process, either through direct resistance or through established agreements. Initially, we explore the ethnic and geographic composition of Illyria in the pre-Roman context, and then we discuss the phases of the annexation of the region into the Roman Empire, addressing the natives' resistance and the role of local elites in the integration process.

Palavras-chave:
integração;
fronteiras;
Império Romano;
Ilíria.

Keywords:
integration;
frontiers.
Roman Empire;
Illyria.

Recebido em: 25/06/2024
Aprovado em: 26/07/2024

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/Ufes), sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Mestre, licenciado e bacharel em História também pela Ufes. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (Leir/ES).

A Ilíria pré-romana

Apartir do século III a.C.¹, Roma iniciou a expansão de seu domínio sobre diversos territórios mediterrâneos, ultrapassando os limites da Península Itálica para incorporar regiões como Sicília, Córsega, Sardenha, Península Ibérica e Península Balcânica. Por meio do contato entre Roma e os territórios conquistados, novas ordens foram estabelecidas ao longo do tempo. Entende-se por “ordem” o conjunto de todas as esferas da ação humana, circunscritas em um período e espaço específicos. A ordem não é fixa, mas está em constante transformação, visto que o contato entre duas ordens distintas gera uma nova estruturação da vida. O ponto de interseção entre duas ordens é denominado fronteira, que não deve ser vista como uma barreira rígida e intransponível, mas como um espaço propício às transformações decorrentes do processo de influência mútua entre as diferentes ordens. O fenômeno de contato entre duas sociedades, que analisamos neste artigo, é conhecido como integração (Guarinello, 2010, p. 119-123). Isto posto, nosso objetivo principal é apresentar a maneira pela qual uma região específica do Império Romano, a Ilíria, foi integrada à ordem imperial romana, em um processo que se estendeu por séculos e foi marcado por resistências e negociações por parte das populações locais.

A região da Ilíria (Figura 1), localizada na Península Balcânica, era habitada por diversos *ethne* no período pré-romano,² como nos revelam as fontes textuais provenientes do contexto do Principado,³ entre as quais estão a *Geografia*, de Estrabão, e a *História Natural*, de Plínio, o Velho. Tendo o Danúbio como fio condutor, verificamos que, a sul do rio, habitavam grupos étnicos ligados a três vertentes diferentes, que, no contexto da Antiguidade, eram denominados como celtas, ilírios e trácios (Estrabão, *Geographica*, VII, 1, 1; 5, 1; frag. 10).

¹ Este artigo foi escrito com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² O termo *ethne* é empregado, neste artigo, em referência às diversas populações que habitavam a Península Balcânica no período pré-romano. Cada *ethnos* tinha uma identidade própria, que o diferenciava da alteridade representada pelas comunidades vizinhas e pelos próprios romanos.

³ O Principado é o período da história romana que se estende de 27 a.C. a 235 d.C.

Figura 1 – Mapa da Ilíria (Illyricum)

Fonte: Cristiano64. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Illyricum_in_40_BC.png>.

Acesso em: 23 dez. 2024.

O curso superior do Danúbio era habitado pelos récios⁴ e nônicos,⁴ os quais, devido à sua importância local, legaram seus nomes às províncias romanas da Récia e da Nôrica. Todavia, uma plethora de outros grupos étnicos, para além dos récios e nônicos, também dividia o território dessas províncias, como é o caso dos tauriscos, muito citados nas fontes (Plínio, *Naturalis Historia*, III, 25, 148). Contudo, nosso foco está voltado para a região situada mais ao Leste: a Ilíria.

Após a Récia e Nôrica, seguindo o curso do Danúbio em sua margem direita, localizava-se uma região que os romanos denominavam Ilíria. Após a anexação romana, ela se tornou uma unidade administrativa dentro do Império Romano. Sua área ocupou,

⁴ Nossa descrição sempre se refere à região situada ao sul do Danúbio, isto é, a margem direita do rio. Quando forem mencionadas regiões situadas ao norte do Danúbio (margem esquerda), apontaremos no texto a devida localização em relação ao rio.

em sua máxima extensão, desde o Adriático, que banha o oeste da Península Balcânica, até o Danúbio, situado ao Norte e a Leste.

Concordamos com Dalla Rosa (2015, p. 155) no sentido de que “a Ilíria não existia como uma unidade geográfica, política e cultural antes da conquista romana”. Isso quer dizer que, antes da criação da província da Ilíria, o território era dividido em uma série de unidades políticas independentes. A unificação da região sob um governo centralizado foi uma criação imperial romana. Ainda segundo Dalla Rosa, apenas algumas populações que habitavam esta região do Império poderiam ser incluídas no “tronco linguístico-cultural ilírio”, a saber, aquelas que se estabeleceram no litoral do Adriático e no seu interior imediato. Portanto, o nome da província, tal como em outras regiões, faz referência a um *ethnos* que nela estava inserido. Dessa maneira, a “Ilíria romana” foi uma construção dos governantes romanos para se referir a uma unidade administrativa do Império, que não englobava apenas os ilírios propriamente ditos, mas, também, outros grupos étnicos, como os panônicos e celtas. Os termos “panônicos” e “celtas” também se referem a troncos culturais e linguísticos, mas que se subdividiam em outras sociedades ainda menores, que dominavam seus próprios territórios.

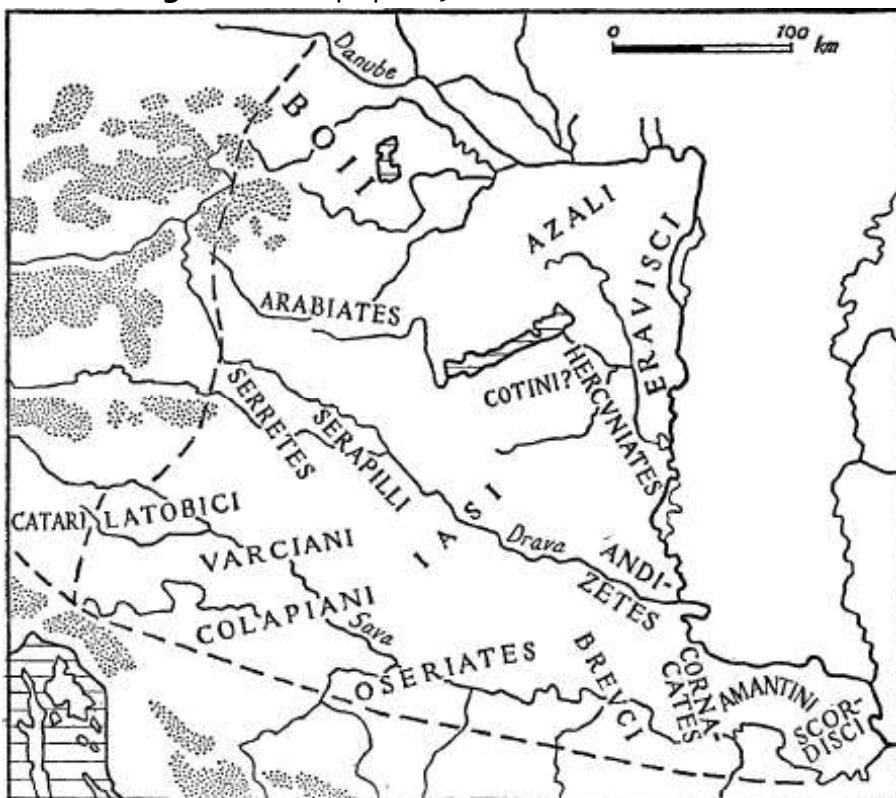
Na delimitação do território da província romana da Ilíria, não foram levadas em consideração as fronteiras territoriais das numerosas populações que ali viviam no contexto pré-romano. A demarcação territorial efetuada pelos romanos partiu de uma necessidade política do governo imperial de administrar a região segundo seus interesses próprios. Portanto, há que se destacar que havia uma região específica habitada por populações de um tronco linguístico e cultural chamado ilírio, que se situava no litoral adriático, e, por outro lado, havia uma região administrativa romana denominada Ilíria, que abrangia outras populações para além dos ilírios propriamente ditos, incluindo os panônicos e os celtas. Sendo assim, apesar da semelhança dos termos, a região habitada pelos ilírios pré-romanos não se confunde com o que se estabeleceu como a província da Ilíria, pois esta absorveu ilírios, panônicos e celtas.

Conforme assinala Apiano (*Illyriké*, 6), apesar das diferenças culturais, tanto gregos quanto romanos designaram como Ilíria a região situada ao sul do Danúbio e denominaram suas populações de ilírias. Apiano (*Ill.*, 6) prossegue a descrição afirmando que, em sua época, entre os séculos I e II, os romanos cobravam um imposto nos territórios que se estendiam das nascentes à foz do rio Danúbio, no Mar Negro. Essa taxa era denominada “imposto da Ilíria”. Verifica-se, assim, o quão genéricos os termos se tornaram a partir de uma visão greco-romana, de modo a englobar populações muito diferentes entre si (Šašel Kos, 2013a, p. 3).

Sob o Principado, houve uma especificação maior, em termos administrativos, entre aquelas populações ditas ilírias e as panônias, como Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 3) deixa claro ao afirmar que: “[...] todo o território montanhoso que se prolonga desde o fundo do Adriático até o golfo Rizônico e a terra dos ardieuus é denominado Ilíria, que se situa entre o mar e os panônios”. Observamos que o relato de Estrabão é muito preciso na delimitação do território ilírio. Para o autor, poderiam ser consideradas ilírias apenas aquelas populações que se situavam na costa leste do Adriático e do seu interior imediato, como os istrios, libúrnios, ardieuus, dálmatas, daorsi e iápodas.⁵

Os panônios habitavam uma região chamada Panônia (Figura 2), situada entre os rios Drava e Sava. A princípio, essa região foi integrada à província da Ilíria, mas, posteriormente, com a subdivisão da Ilíria, a Panônia se tornou uma província independente, ao lado da Dalmácia. O contexto dessa divisão será analisado neste artigo.

Figura 2 – As populações nativas da Panônia



Fonte: Mócsy (2014, p. 54).

⁵ Apesar de, nas fontes textuais, istrios e libúrnios serem identificados como ilírios, sua língua era semelhante à dos vênatos, sendo, desse modo, diferente daquelas das demais populações ilírias (Wilkes, 1995, p. 185).

Para identificar quais *ethne* habitavam a Panônia, recorremos novamente às fontes textuais. Segundo Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 2), os panônios teriam seu território limitado ao Norte e ao Leste pelo rio Danúbio, e, ao Sul, chegariam até Siscia.⁶ Em outro trecho de sua *Geografia* (VII, 5, 3, 10), o autor nos informa que os panônios chegavam até a fronteira com os dálmatas e quase faziam fronteira com os ardieus. Plínio (*NH*, III, 25, 147), por sua vez, afirma que os panônios eram vizinhos dos dálmatas e dos ilírios. Observamos que os dálmatas e ilírios estavam situados no litoral do Adriático, enquanto os panônios se escondiam pelo interior, até o Danúbio. Além disso, ressaltamos que essa descrição específica toma como base o território ocupado pelos diferentes grupos étnicos do litoral, uma vez que a linha costeira fazia parte da Dalmácia, província à qual as populações ilírias foram integradas.

Em suas caracterizações da *hinterland* do Império Romano, os autores gregos e latinos se valiam de marcadores naturais para sinalizar a localização das populações nativas. Na ausência do mar, que foi, durante muito tempo, a principal referência nas descrições geográficas, os rios e cadeias de montanhas passaram a ser utilizados. Dessa maneira, a narrativa de tipo periplográfica, que se valia da linha costeira para a descrição de regiões e grupos humanos, teve que sofrer uma adaptação gerada pela interiorização do domínio romano. No caso da Europa, os rios foram essenciais na demarcação dos territórios das diferentes populações, como é o caso do Danúbio, do Sava e do Drava.

Entrementes, diversos *ethne* são descritos como panônios por Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 3), como os *breuci*, *andizetii*, *ditiones*, *pirustae*, *maezaei*, além dos *daesitiatae*. Devemos, no entanto, levar em consideração que, na época em que Estrabão escreveu, ainda não havia sido efetuada a divisão da Ilíria entre as províncias da Panônia e Dalmácia, ou, então, as fontes consultadas pelo autor continham dados ultrapassados.⁷ Quando se consolidou a divisão, os *breuci* e *andizetii* foram inscritos na Panônia, e o restante, na Dalmácia (Kovács, 2018, p. 164; Wilkes, 1995, p. 203). Também é mencionada, nas fontes textuais, uma região situada no extremo norte da Ilíria, denominada “deserto dos *boii*”, que recebeu este nome por ter sido ocupada por um *ethnos* conhecido como *boii*, de vertente celta (Plin., *NH*, III, 24, 146; Str., *Geo.*, VII, 1, 5).

De modo específico, ao descrever a Panônia, Plínio guia sua narrativa a partir dos rios que banhavam a província. Para além do Danúbio, cuja importância se mostra evidente, fluíam pela Panônia os rios Drava e Sava, ambos afluentes daquele. Plínio (*NH*, III, 25, 147) situa nas margens do Drava os *serretes*, *serapilli*, *iasi* e *andizetii*. No Sava,

⁶ Também conhecida como Segéstica. Atual Sisak, na Croácia.

⁷ Discutiremos essa divisão provincial adiante.

por sua vez, estariam os *colapiani* e os *breuci*. Na concepção de Plínio, esses seriam os *ethne* mais relevantes, apesar de outros também habitarem a região banhada pelos rios supracitados, como estes: *arabiates*, *azali*, *amantini*, *belgites*, *catari*, *cornacates*, *eravisci*, *herciniates*, *latovici*, *oseriates* e *varciani* (Plin., *NH*, III, 25, 148). Observamos que essa última listagem se encontra organizada em ordem alfabética e não conforme sua localização no território, como é o caso das primeiras populações citadas. No mesmo parágrafo, há uma maior caracterização de *Sirmium*, *civitas* na margem do Sava em cujo território habitavam os *sirmenses* e os *amantini*. Se seguirmos a linha do Danúbio, após os panônios, encontram-se os *scordisci*, *ethnos* de origem celta. O território escordisco teria suas fronteiras delimitadas da seguinte forma: o Danúbio, a Norte; os panônios, a Oeste; os mésios, a Leste; e as montanhas macedônias e trácias, ao Sul (Plin., *NH*, III, 25, 148; Str., *Geo.*, VII, 5, 10).

No tocante à visão de Estrabão e Plínio sobre a região da Panônia, verificamos uma discrepância. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 10) descreve a região da Panônia como montanhosa, fria e coberta de neve, sobretudo nas áreas setentrionais, o que levaria a uma escassez de vinhedos, tanto nas zonas mais elevadas quanto naquelas mais planas. Por outro lado, Plínio (*NH*, III, 25, 147) assinala que a região seria muito fértil e seu relevo menos acidentado se comparado ao das regiões mais elevadas dos Alpes. Essa discrepancia pode estar relacionada a uma mudança de percepção dos romanos em relação à prática da agricultura no território panônio no decorrer do século I d.C., talvez uma consequência da própria integração dos panônios ao Império. Durante o período em que Estrabão escreve, a Panônia ainda sofria com a instabilidade gerada pelas guerras de conquista; quando Plínio faz seus registros, pelo contrário, essa situação já havia sido superada e, desse modo, a exploração agrícola e comercial pôde se desenvolver, o que explicaria as visões opostas sobre uma mesma região. Outra diferença entre a enumeração de populações panônias feita por Estrabão e aquela presente na obra de Plínio está no fato de que este último utiliza dados mais recentes, tendo em vista que cita as populações organizadas pelos próprios romanos e nomeadas por eles com base em termos geográficos, como são os casos dos *arabiates*, *colapiani*, *cornacates*, *herciniates* e *oseriates*, instalados em suas respectivas *civitates* (Kovács, 2018, p. 166).

Os primeiros contatos dos romanos com a Ilíria

O processo de imperialismo romano e de integração de novos espaços ao *dominium mundi* romano é demasiado complexo para ser explicado em poucas páginas. Por mais que nos esforcemos no sentido de fornecer uma visão sobre o que ocorreu, decerto ela

será apenas uma dentre muitas possíveis. Nesse sentido, a integração da Ilíria, assim como a de outros territórios, envolveu questões de ordem militar, política, econômica e cultural. Neste artigo, buscamos explicar, sobretudo, as duas primeiras nuances, pois investigamos como ocorreu a lenta anexação da Península Balcânica, até que o *limes* chegasse ao leito do Danúbio.⁸ Também demonstramos a configuração do território no contexto que se seguiu ao término das batalhas, principalmente no que diz respeito à implantação de um sistema burocrático romano em cuja base estavam as *civitates*.

As primeiras contendas entre romanos e ilírios tiveram início na segunda metade do século III a.C. Do outro lado do mar, o inimigo de Roma era o Reino da Ilíria ou Reino Ardieu, denominado assim por ser governado por Agrão, que pertencia ao *ethnos* dos *ardiei*. Esse reino foi conquistado por Roma entre 229 e 168 a.C., no decurso de três guerras: a Primeira Guerra Ilíria, entre 229 e 228 a.C.; a Segunda Guerra Ilíria, entre 220 e 219 a.C.; e, por fim, a Terceira Guerra Ilíria, em 168 a.C. Todas essas guerras, no entanto, não levaram a uma administração efetiva do território ilírio por parte de Roma, o que só foi efetuado muito tempo depois, a partir das campanhas de Augusto nesta região.

A justificativa romana para o início da primeira guerra dizia respeito à prática da pirataria no Adriático, que estaria atrapalhando o comércio dos romanos e de seus aliados. Além disso, a expansão territorial efetuada pelos ilírios incomodava os romanos. Esta levou os ilírios a conquistarem regiões do Épiro e as pôlis de Córcka, Epidamnos e Faros (Políbio, *Histories*, II, 1, 3; Šašel Kos, 2013a, p. 175). Em 231, os ilírios derrotaram o exército etólio, que tentava conquistar a pôlis de Medion. Na ocasião, Agrão teria feito festivais em comemoração ao sucesso de suas campanhas e teria sido acometido de pleurisia, o que o levou à morte. Como o herdeiro do trono, Pines, era muito jovem para reinar, o controle do reino passou às mãos de sua madrasta, Teuta (App., *Ill.*, 6-7; Polyb., *Hist.*, II, 3-11; III, 1-8; IV, 1-9).

Entre 231 e 229 a.C., um novo ciclo expansionista foi empreendido pelo Reino da Ilíria, além do fato de a rainha ter ordenado à marinha que fosse promovido um controle das rotas marítimas do Adriático. Nesse ínterim, cidades da Magna Grécia, como Eleia e Messina, e do Épiro, como a capital Fênice, sofreram ataques. Em seguida, Issa foi tomada, e seus habitantes buscaram a ajuda de Roma. Os legados romanos Caio e Lúcio Caruncânio, e o representante de Issa, Cleemporus, participaram de uma audiência com a rainha. Nesse contexto, Lúcio e Cleemporus foram assassinados, supostamente a mando de Teuta, o que foi o estopim para o início da Primeira Guerra Ilíria (Polyb., *Hist.*, II, 4-8; Šašel Kos, 2013b, p. 175-176).

⁸ Entende-se por “*limes*” a fronteira entre o Império Romano e o “*Barbaricum*”.

Apiano (*Ill.*, 6), cujo relato diverge do de Políbio, afirma que todos os eventos que ocorreram entre 231 e 229 a.C. teriam sido efetuados sob as ordens de Agrão, e não de Teuta, incluindo a morte dos representantes diplomáticos que foram enviados para tratar da questão de Issa. Após o início da guerra, Agrão morreu, sem que isso estivesse relacionado às batalhas, e só então o comando passou às mãos de Teuta. Depois de se tornar regente, Teuta teria continuado a política expansionista, conquistando Epidamnos e Córcea. Nessa última pólis, instalou uma guarnição, comandada por Demétrio de Faros, importante figura no que diz respeito às disputas entre romanos e ilírios (Šašel Kos, 2013b, p. 176).

Diante do crescimento do Reino da Ilíria, em 229 a.C., dois cônsules romanos, Cneu Fúlvio Centúmalo e Lúcio Postúmio Albino, partiram com o exército em direção ao território ilírio. Demétrio, general ilírio, entregou a ilha de Córcea à proteção romana por meio de um acordo, em prejuízo de Teuta. Em seguida, tornou-se líder das ações militares romanas na cidade de Apolônia. Os romanos, então, se dirigiram a Epidamnos, que estava sob o sítio dos ilírios, expulsaram dela as tropas inimigas e colocaram-na sob sua proteção. Ainda durante essa campanha, os romanos adentraram a Ilíria e conquistaram o território dos ardieus, *ethnos* do qual a dinastia reinante era proveniente. Ademais, passaram a controlar a ilha de Issa, outrora ocupada pelas tropas ilírias. Finalizadas as batalhas, os romanos confiaram o governo de parte das regiões conquistadas a Demétrio de Faros, como forma de agradecê-lo pelo apoio que este havia dado durante as disputas. Por meio do envio de embaixadas, populações como os *parthini* e *atintanes* se renderem aos romanos. Teuta se refugiou em Rizon e, em 228 a.C., selou um acordo de paz com Roma, segundo o qual deveria pagar tributos, retirar as tropas ilírias de grande parte do território anexado, e, por fim, não poderia efetuar a navegação ao sul de Lissos com mais de dois esquifes, que deveriam estar sempre desarmados. Em seguida, Pines, com a autorização dos romanos, tornou-se governante de uma parcela do território do antigo Reino da Ilíria, com a condição de que se mantivesse aliado aos romanos. Desse modo, Roma não criou uma província de imediato, nem instalou guarnições permanentes no território ilírio, mas apenas buscou controlar a região por meio de alianças políticas com a elite local (App., *Ill.*, 6; Beća, 2022, p. 89; Dalla Rosa, 2015, p. 156-157; Polyb., *Hist.*, II, 9-12; Šašel Kos, 2013b, p. 177).

Como dissemos, os romanos legaram a Demétrio uma parcela do território ilírio, devido à sua ajuda durante a campanha de 229 a 228 a.C. Nos anos que se seguiram, Roma se mostrou ausente da Ilíria, em decorrência das guerras contra os celtas e os cartagineses, e, por causa disso, Demétrio tomou atitudes contrárias ao acordo selado com o Senado, como a retomada da navegação no Adriático, o que foi considerado pelos

senadores como pirataria. Outras condutas que causaram descontentamento em Roma foi o fato de Demétrio ter fornecido apoio a populações ilírias inimigas dos romanos, como a dos *labeatae*, governada por *Scerdilaidas*, e de ele ter se aproximado de Antígono Dóson, rei macedônio oponente do Império Romano. Esses fatores exigiram uma nova resposta militar contra os ilírios. Liderada pelo cônsul Lúcio Emílio Paulo, essa campanha se estendeu de 220 a 219 a.C.⁹ Com a derrota, Demétrio buscou refúgio na Macedônia, onde viveu até sua morte (App., *Ill.*, 8; Polyb., *Hist.*, II, 9-11; 16; 18-19; Šašel Kos, 2013b, p. 178-179).

A Terceira Guerra Ilíria (168 a.C.) está relacionada à Terceira Guerra Macedônia (171-168 a.C.) e à influência dos macedônios na região da Ilíria. Roma temia o avanço macedônio rumo ao Norte e sua influência sobre o vale do rio Sava, o que prejudicaria o comércio em torno da cidade de Aquileia, fundada pelos romanos em 181 a.C., e que servia como importante entreposto comercial, principalmente para romanos, panônicos e nônicos. Um cenário ainda mais drástico seria uma investida macedônica sobre a própria cidade de Aquileia. Diante disso, em 171 a.C., o cônsul Caio Cássio Longino efetuou uma campanha nas terras limítrofes a Aquileia, onde viviam ístrios, iápodes e carni, a fim de mostrar o poderio bélico romano e de proteger as atividades comerciais (Mócsy, 2014, p. 32-33; Šašel Kos, 2013a, p. 2; 2013b, p. 181, 186-187; Wilkes, 1995, p. 200).

Nesse ínterim, um *ethnos* ilírio chamado *labeatae* alcançou destaque político na região. Sua capital era Scodra e seu líder, Gêncio. No início da Terceira Guerra Macedônia, Gêncio se aliou a Roma, mas, em 169 a.C., migrou para o lado macedônio. Essa união resultou em ataques a áreas que eram aliadas a Roma, como a pólis de Issa. Os embaixadores romanos enviados para uma reunião com os inimigos foram aprisionados. Em vista disso, em 168 a.C., o pretor peregrino Lúcio Anício Galo aprisionou o governante em uma fortaleza e depois o exibiu, juntamente com a corte, em um triunfo em Roma. Ao mesmo tempo, o cônsul Lúcio Emílio Paulo derrotou Perseu na Batalha de Pidna (App., *Ill.*, 9; Dalla Rosa, 2015, p. 157; Šašel Kos, 2013b, p. 180). Segundo Tito Lívio (XLV, 26, 15), em 167 a.C., após terem vencido essa guerra, os romanos dividiram o território ilírio em três partes. Embora nessa época não houvesse uma política de integração efetiva do território, nota-se uma tentativa inicial de organização da região conquistada por Roma. Todavia, como veremos adiante, a construção do aparato de governo provincial se consolidou apenas durante o Principado.

⁹ A respeito dessa campanha, Estrabão (*Geo.*, VII, 7, 3) indica que Emílio Paulo teria arrasado cerca de 70 cidades do Épiro após derrotar Perseu e os macedônios, além de ter reduzido à escravidão 150 mil habitantes desses povoamentos. Apiano (*Ill.*, 2, 10) segue esse mesmo pensamento, afirmando que 70 cidades do Épiro teriam sido saqueadas por Emílio Paulo.

Entre os séculos II e I a.C., a Ilíria foi palco de diversas campanhas romanas, que tratamos adiante de maneira resumida. Entre 156 e 155 a.C., os romanos voltaram sua atenção para a região habitada pelos dálmatas e panônios. O exército sitiou o *oppidum* panônio de Siscia, situado na confluência entre os rios *Colapis* e Sava. Esse avanço para o Leste pode ter envolvido também outras populações do vale do Sava, como os escordiscos. Em expedição contra os dálmatas, no ano 156 a.C., o exército, então liderado pelo cônsul Caio Márcio Fígulo, foi repelido pelos nativos. No ano seguinte, o cônsul Cipião Násica obteve êxito na destruição do *oppidum* de Delmínio.¹⁰ Em 129 a.C., Caio Semprônio Tuditano e Tibério Latino Pandusa se lançaram contra os ístrios, carni, libúrnios, tauriscos, mas, sobretudo, sobre os iápodes. Entre 119 e 118 a.C., uma nova campanha foi realizada contra os dálmatas e panônios, desta vez sob a direção dos cônsules Lúcio Cecílio Metelo e Lúcio Aurélio Cota. Devido a essa campanha, Metelo celebrou um triunfo, em 117 a.C., e adotou o título de Dalmático. Entre 85 e 84 a.C., Lúcio Cornélio Cipião Asiático teria combatido os escordiscos, os maedi e os dardâniros. Entre 78 e 76 a.C., o procônsul Caio Coscônio guerreou contra os dálmatas e recuperou o controle romano sobre Salona, que já abrigava um numeroso contingente de colonos itálicos. Supõe-se que, nessa campanha, Coscônio também teria conquistado o povoamento dálmata de Promona e o transferido aos libúrnios, aliados romanos, além de ter cobrado impostos dos dálmatas. Enquanto Coscônio liderava a campanha contra os dálmatas, o procônsul P. Licínio se lançou contra os iápodes. Por volta de 61 e 60 a.C., o pretor Lúcio Culeolus teria sido o último comandante das tropas na Ilíria antes da ascensão de César ao proconsulado (App., *Ill.*, 1, 5; 2, 10-11; Džino, 2010, p. 65, 86, 89; Luthar, 2015, p. 62-63; Mócsy, 2014, p. 12, 32; Šašel Kos, 2022, p. 61 *et seq.*; Wilkes, 1995, p. 185, 189-190, 200-201).

A Ilíria sob César

Entre 59 e 50 a.C., César, por meio da *lex Vatinia de imperio Caesaris*, foi nomeado procônsul da Gália Cisalpina e recebeu o comando da Ilíria. Essa teria sido a primeira atitude tomada pelo Senado no sentido de considerar a costa oriental do Adriático como uma região sob o controle direto de Roma, mediante o envio de magistrados responsáveis por manter, sobretudo, o controle militar. Portanto, estavam criadas as bases para a constituição futura de uma província, embora, nesse período, ainda não houvesse

¹⁰ Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) aponta que Públia Cipião Násica Córculo teria rebaixado o *status* de Delmínio, e, além disso, teria deixado suas planícies assoladas a ponto de servirem como pasto para as ovelhas, numa clara referência ao fato de estas áreas, que anteriormente serviam para a agricultura, terem se transformado em um campo para os animais.

fronteiras bem definidas, tampouco uma estrutura administrativa desenvolvida (Džino, 2010, p. 80-82, 87-88).

César teria sido o primeiro a governar o território da Ilíria, mas o governo dessa região ainda se encontrava atrelado à província da Gália Cisalpina, o que significa que a Ilíria não estaria organizada como uma província independente. Para sua administração, foi criado um tipo de magistratura especial, a ser exercida pelo período de cinco anos, o que não se compara a um serviço regular, como era feito em outros territórios provinciais. Além disso, não encontramos um aparato governamental permanente, característico de uma província, um território delimitado, a designação de uma capital e a instalação de instituições civis provinciais (Beća, 2022, p. 90).

Durante o exercício do proconsulado, César se viu obrigado a resolver questões militares, dando combate a alguns *ethne* da Ilíria, dentre os quais se encontram os *pirustae*, os libúrnios e os dálmatas. Em 54 a.C., César logrou sucesso ao controlar uma ofensiva empreendida pelos *pirustae*. Não teria sido difícil detê-los, tendo sido necessária apenas a aplicação de medidas diplomáticas. Em 51 a.C., os iápodes atacaram Aquileia e Tergeste, o que requereu de César o envio da *legio XV* para estes locais, visando à proteção contra novos ataques. Em 50 a.C., a cidade de Promona, que estava sob influência dos libúrnios, aliados romanos, foi tomada pelos dálmatas. Os libúrnios, então, solicitaram o apoio de César, que, à época, encontrava-se em campanha nas Gálias. O procônsul atendeu prontamente ao pedido e tentou um acordo diplomático com a parte inimiga. Como o resultado foi negativo, César enviou à região muitos legionários, que foram derrotados pelos dálmatas e seus aliados (App., *Ill.*, 12; Džino, 2010, p. 84-86; Šašel Kos, 2013b, p. 185).

Além das interferências militares e diplomáticas efetuadas por César, observamos a difusão dos *conventus civium Romanorum*, ou seja, dos assentamentos de colonos romanos em povoamentos pré-romanos da Ilíria, movidos, sobretudo, por interesses econômicos (agricultura e comércio). Esse foi um passo importante para a integração do território. Em alguns casos, a administração dos povoamentos ficou a cargo dos cidadãos romanos ali estabelecidos. Ademais, em troca do apoio das elites locais, foram concedidos a estas alguns direitos políticos limitados e alguns povoamentos receberam direitos municipais. Os *praefecti civitatum*, magistrados designados para a administração das cidades, poderiam também ser membros da elite local. Devido à sua conexão com o mundo mediterrâneo e pelo seu maior nível de urbanização, de acordo com a lógica greco-romana, as populações costeiras foram as primeiras a se inserirem nesse processo de integração (Džino, 2010, p. 88-90; Wilkes, 1995, p. 209).

Diante da eclosão da Segunda Guerra Civil (49-45 a.C.), César foi obrigado a adiar a questão ilíria para dar combate a Pompeu, radicado na Macedônia. Assim como em outras partes do Império, as populações da Ilíria se dividiram entre aquelas que eram partidárias de César e as que se colocaram ao lado de Pompeu. No contexto das disputas, vários legados de César foram enviados à Ilíria, como Quinto Cornifício, Aulo Gabínio, Públia Vatínia e Públia Sulpícia Rufo. Entre 48 e 46 a.C., o questor proprietário Quinto Cornifício foi enviado para combater as forças pompeianas na Macedônia e adjacências, tendo conquistado vários povoamentos fortificados dos dálmatas. Entre 48 e 47 a.C., o ex-cônsul Aulo Gabínio também foi enviado para ajudar Cornifício, mas, ao cruzar o território ilírio, foi atacado em Sinódio e teve seu exército destroçado pelos dálmatas, que derrotaram cinco coortes e levaram seus estandartes. Devido aos ferimentos, Gabínio morreu em Salona, povoamento aliado dos romanos. Em 46 a.C., Vatínia foi enviado para ajudar Cornifício, e, juntos, conseguiram derrotar as forças de Pompeu no Adriático. Nesse mesmo ano, Cornifício foi substituído por Sulpício Rufo, que enfrentou problemas na sua campanha contra os dálmatas. Entre 45 e 43 a.C., Vatínia seguiu como procônsul para a Ilíria e realizou incursões nas regiões montanhosas, onde logrou sucesso contra os dálmatas. A morte de César, em 44 a.C., reacendeu as hostilidades. Nesse contexto, o senador Bébio foi morto e cinco coortes foram derrotadas pelos dálmatas. O Senado, então, transferiu de Vatínia para Marco Bruto o comando do exército na Ilíria. Bruto já governava a Macedônia, o que prova uma vez mais a singularidade da administração do território ilírio, agora sob controle do governador da Macedônia, e não da Gália Cisalpina, como no passado. Antes de uma nova ação do exército contra as populações da Ilíria, irrompeu outra guerra civil, o que adiou ainda mais o domínio romano sobre essa região (App., *Ill.*, 12-13; Beća, 2022, p. 90; Džino, 2010, p. 90-94; Šašel Kos, 2013a, p. 3; 2013b, p. 182; 2022, p. 61 *et seq.*). Como demonstramos, é evidente a resistência militar imposta durante décadas pelos dálmatas às intervenções romanas, o que levou Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) a caracterizá-los como uma das populações que por mais tempo combateram contra os romanos.

Após a morte de César, as populações da Ilíria se mantiveram resistentes em relação ao domínio romano. Apesar de poucas informações sobre as campanhas ilírias ocorridas entre 44 e 35 a.C., sabemos que o cônsul Caio Asínio Polião enfrentou os partíniros e os dálmatas entre 39 e 38 a.C., mas não obteve uma paz duradoura na região (Džino, 2010, p. 99-100). Sendo assim, a instabilidade interna de Roma, em decorrência das Guerras Civis, foi um dos fatores que contribuíram para as hostilidades no território da Ilíria. Conforme nos indicam Mócsy (2014, p. 32) e Wilkes (1995, p. 183), o controle efetivo da Ilíria ocorreu apenas sob Augusto (27 a.C.-14 d.C.), e esse será o tema do próximo tópico.

As campanhas de Augusto e a criação das províncias danubianas

A consolidação da conquista romana da Ilíria ocorreu a partir das campanhas efetuadas por Augusto à região, entre os anos finais da República e os do início do Principado. Entre 35 e 33 a.C., Augusto avançou sobre as populações da Ilíria com um grande contingente militar, calculado entre 8 e 12 legiões, e foi acompanhado por seus melhores comandantes, como Marco Vipsânio Agripa, Tito Estacílio Tauro e Marco Valério Messala Corvino. Num primeiro momento, entre 35 e 34 a.C., combateu os iápodes, carni, tauriscos e panônios. Em seguida, entre 34 e 33 a.C., lançou-se sobre os dálmatas, que durante muito tempo resistiram às investidas romanas. Com essas campanhas, Augusto estendeu o domínio romano até o leito do Sava, onde, como dissemos, viviam os *ethne* chamados panônios (Dalla Rosa, 2015, p. 158; Džino, 2010, p. 102, 106-107). Dentre as consequências das campanhas de Augusto encontram-se o posicionamento das legiões nas regiões limítrofes, permitindo uma maior proteção da Península Itálica, e a garantia de uma rota terrestre – e fluvial – entre a Península Itálica e a parte oriental do Império (Wilkes, 1995, p. 183).

Dispomos de alguns testemunhos escritos a respeito das campanhas de Augusto. Suetônio (*Aug.*, 21) descreve a extensão delas, afirmando que Augusto teria subjugado pessoalmente ou a seu comando, por meio do envio de legados, "a Panônia, a Dalmácia e toda a Ilíria". Observamos que Suetônio promove uma divisão etnográfica do território da Ilíria. Podemos verificar que a Ilíria englobava as populações que iam desde a costa do Adriático, passando pelos dálmatas, panônios e chegando àquelas regiões setentrionais, entre o Drava e o Danúbio, cujos habitantes eram de vertente celta, com exceção apenas dos *latobici* e dos *azali* (Kovács, 2019, p. 133).

De acordo com Džino (2010, p. 102), a campanha de Augusto, que se estendeu entre 35 e 33 a.C. pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, entre 35 e 34 a.C., e o segundo, entre 34 e 33 a.C. No primeiro período, Augusto concentrou sua atenção sobre os iápodes transalpinos, os carni e os tauriscos. De acordo com Apiano (*Ill.*, 15-21), a capital dos iápodes, Metulo, apesar de suas fortificações, caiu nas mãos dos romanos e foi completamente consumida pelo fogo. Em seguida, Augusto estendeu a ação militar até o território dos panônios conhecidos como segestanos, que habitavam o *oppidum* de Siscia/Segesta. Desse modo, as campanhas levadas a cabo pelo *princeps* ficaram restritas à zona situada entre o Adriático e o rio Sava.

Džino (2010, p. 102) aponta que, entre 34 e 33 a.C., Augusto se voltou para os dálmatas e os aliados destes. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 5) afirma que os dálmatas tinham cerca de 50 assentamentos dignos de menção e acrescenta que Augusto incendiou os

oppida de Salona,¹¹ Promona, Ninja e Sinódio. Segundo Suetônio (*Aug.*, 20),¹² Augusto saiu ferido por uma pedra que lhe atingiu o joelho direito, fato ocorrido durante o cerco a Sinódio. Isso fez com que ele tivesse que se retirar do campo de batalha, passando o comando para Estacílio Tauro, retornando apenas em 33 a.C. (Wilkes, 1995, p. 197). Após a conquista do território dálmata, Augusto celebrou um triunfo em Roma (Suet., *Aug.*, 22). O próprio Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*, 29) discorre sobre o fato de ter recuperado das mãos dos dálmatas os estandartes perdidos, como os que foram subtraídos de Gabínio, entre 48 e 47 a.C., durante uma campanha no território dálmata.

Concluímos que os limites da campanha de Augusto se mantiveram no território entre o Adriático e o rio Sava, onde viviam, entre outras populações, os dálmatas, iápodes e panônios. Após a campanha, em algum momento entre 33 e 27 a.C., a Ilíria se tornou uma província de tipo senatorial, tendo sido designado um procônsul para governá-la. A partir desse momento, a administração da Ilíria não estaria mais atrelada à de outra província, como quando era administrada pelo governador da Gália Cisalpina ou da Macedônia. Não se sabe qual teria sido sua primeira capital, mas Iader e Salona são importantes candidatas. A lista de seus primeiros governadores é incompleta, contando apenas com os nomes de Cneu Bébio Tânfilo Vala Numoniano e Públia Sílio Nerva. Nesse contexto, Augusto também fundou colônias, como Iader, Salona, Narona e, talvez, Sénia e Epidauro, o que certamente contribuiu para a integração da Ilíria ao Império Romano (Beća, 2022, p. 91-92; Džino, 2010, p. 119-120, 122).

Entre 16 e 13 a.C., foram realizadas campanhas na região dos Alpes, sendo estas um importante caminho para a conquista e integração das regiões da Nórica e da Ilíria. Em 16 a.C., Públia Sílio Nerva, governador da Ilíria, teria dado início à campanha contra as populações da Gália Cisalpina. Essa campanha continuou em 15 a.C., quando Tibério e seu irmão, Nero Druso, foram enviados para a região dos Alpes. Enquanto Públia Sílio Nerva estava em campanha, os panônios e nóricos realizaram um ataque à Ístria, mas foram rapidamente controlados. Devido a esse ataque, o antigo reino aliado de Roma, a Nórica, foi anexado na condição de província. Não temos certeza de quando, entre 16 a.C. e 6 d.C., a Nórica se tornou uma província. Porém, o ano de 15 a.C. é uma das datas mais aceitas, tendo em vista que, nessa época, Tibério e Druso fizeram uma campanha nos Alpes. É provável que, durante essa campanha, também tenha sido anexado o chamado “deserto dos boii”, situado na parte setentrional da Ilíria, que era banhada pelo Danúbio

¹¹ Trata-se de um *oppidum* localizado no interior, não sendo o mesmo povoamento, portanto, da *civitas* de Salona, que estava situada na costa (Džino, 2010, p. 112).

¹² Para essas campanhas, Augusto teria utilizado como base de operações a cidade de Aquileia, no entorno da qual Augusto combateu os carni e os tauriscos (Šašel Kos, 2013b, p. 189).

(Džino, 2010, p. 127-128; Mócsy, 2014, p. 24). Não há uma data oficial para a anexação do norte da Ilíria, região também referenciada como “transdanubiana”. No entanto, conforme afirma Kovács (2018, p. 169), a ocupação romana desse território pode ter começado sob Augusto. Beća (2022, p. 93-94), pelo contrário, defende que a região teria sido anexada sob Cláudio (41-54), tendo em vista os investimentos desse imperador na construção do *limes* danubiano.

Novas campanhas foram efetuadas entre 12 e 9 a.C., as quais ficaram conhecidas como *Bellum Pannonicum*. Dessa vez, os objetivos eram combater a ameaça representada pelos panônicos e dácios e conter uma revolta liderada pelos dálmatas. Na fase inicial, Agripa foi responsabilizado pela campanha. Porém, com sua morte, em 12 a.C., a Ilíria passou às mãos de Augusto, que, então, legou a Tibério a liderança da campanha, que teve como resultado a extensão do poder romano até a região compreendida entre o Sava, o Drava e o Danúbio (Dalla Rosa, 2015, p. 159).

Augusto não esteve presente em todas as campanhas na Ilíria, tendo, na sua ausência, enviado seus legados. Suetônio (*Aug.*, 97) afirma que Augusto se deslocou até Benevento, cidade italiana, acompanhando Tibério, que seguia para uma campanha na Ilíria. Augusto (*RG*, 30) revela que Tibério, seu enteado e legado na Ilíria,¹³ venceu os panônicos, que, de acordo com o *princeps*, o exército romano jamais havia combatido anteriormente. Dessa maneira, o Império Romano estendeu suas fronteiras até as margens do Danúbio. Nesse mesmo período, o exército dos dácios teria atravessado o Danúbio,¹⁴ mas foram repelidos pelos romanos. Em seguida, os próprios romanos teriam atravessado o Danúbio e atacado as forças dácias, obrigando-as a se submeter ao *populus romanus* (*Aug.*, *RG*, 30; *Suet.*, *Aug.*, 21). Apesar desse relato, sabemos que os dácios impuseram longos anos de resistência, até terem seu território anexado, sob Trajano (98-117). No contexto do *Bellum Pannonicum*, por volta de 11 a.C., a Ilíria deixou de ser uma província senatorial e passou à condição de província imperial. Isso ocorreu devido à necessidade de uma constante presença militar na região de fronteira (Džino, 2010, p. 132-133, 135; Fodorean, 2016, p. 18).

Entre os anos 6 e 9, uma grande revolta ocorreu na Ilíria, a qual ficou conhecida como *Bellum Batonianum*. O nome do motim advém do seu líder, Bato, que era rei dos *daesitiatae*. A revolta envolveu também outras populações panônicas, como os *breuci* e

¹³ Tibério foi adotado por Augusto apenas no ano 4, quando tinha 45 anos (Oliveira, 2019, p. 50).

¹⁴ Em 10 a.C., houve uma invasão dos dácios ao território panônio. Os dácios conseguiram atravessar o Danúbio congelado, numa época de inverno rigoroso. Nesse momento, as legiões não se encontravam em posição de guerra, o que, decerto, foi utilizado como estratégia pelos dácios para atacar o território romano, localizado na margem direita do Danúbio. Essa teria sido a única investida dos dácios em território panônio durante o Principado. As demais invasões dácias foram efetuadas no território da Mésia (Džino, 2010, p. 133; Fodorean, 2016, p. 18-19, 21).

amantini, além dos dálmatas. Dentre as motivações estavam a cobrança de tributos, a exploração de recursos minerais e o recrutamento de soldados para compor as fileiras do exército romano. Durante a guerra, os nativos realizaram diversas incursões às *civitates* da região, como Apolônia, Salona e Sírmio. Diante dessa situação, no ano 9, Tibério mais uma vez seguiu para a região da Ilíria e conseguiu controlar a situação (Beća, 2022, p. 95; Dalla Rosa, 2015, p. 159; Džino, 2010, p. 147-148).

A reorganização provincial da Ilíria, no início do Principado, é um tema que gerou diversas hipóteses. Uma das questões mais controversas é a data exata em que ocorreu essa reorganização. Sabe-se apenas que, no início do Principado, a região da Ilíria passou a ser referenciada como Ilíria Superior e Ilíria Inferior. Existem ao menos quatro hipóteses relacionadas ao momento exato da divisão da Ilíria em duas regiões administrativas. A primeira hipótese sugere que houve uma divisão sob o governo de Augusto (27 a.C.- 14 d.C.), durante ou logo após o *Bellum Batonianum* (6-9 d.C.), a partir da qual duas províncias diferentes foram criadas. A segunda hipótese data a divisão da Ilíria em duas províncias no governo de Tibério (14-37). Já a terceira hipótese propõe que a divisão aconteceu durante o governo de Cláudio (41-54). Por fim, a quarta hipótese indica que a reorganização provincial teria ocorrido sob o governo de Vespasiano (69-79) (Beća, 2022, p. 94 *et seq.*; Fodorean, 2016, p. 13, 18, 21; Wilkes, 1962, p. 156; 1995, p. 209).

A questão central reside em determinar se a divisão em Ilíria Superior e Inferior, ocorrida durante ou logo após o *Bellum Batonianum* (6-9 d.C.), afetou apenas o âmbito militar ou se interferiu na totalidade do governo da província. Diante disso, Beća (2022, p. 102-104) advoga pela hipótese da criação de dois distritos militares em algum momento entre os governos de Augusto e Tibério, mas indica que a Ilíria permaneceu sendo uma única província em termos administrativos, até que, sob Vespasiano, confirmou-se a divisão da Ilíria em duas novas províncias, a Panônia e a Dalmácia. Šašel Kos (2022) também afirma que, no contexto da guerra acima mencionada, houve uma divisão “informal” da Ilíria em termos militares, de modo que as legiões da Ilíria Superior (Dalmácia) passaram a ser comandadas por um *legatus exercitus/praeceptor*, e o mesmo teria ocorrido na Ilíria Inferior (Panônia). Para a autora, essa divisão se tornou “oficial” pouco tempo depois, ainda no final do governo de Augusto. Todavia, o governo provincial da Ilíria, que cuidava da sua administração civil, teria permanecido unificado sob um único território provincial.

Sob o principado de Tibério teve início a construção de algumas obras imprescindíveis para a integração da Ilíria, dentre as quais podemos citar a abertura de estradas. Conforme salienta Šašel Kos (2013b, p. 183-184), a maioria das estradas que interligavam os territórios provinciais da região foram construídas durante o governo de Tibério. Džino (2010, p. 124) acrescenta que os romanos, em muitos casos, utilizaram

as redes viárias pré-romanas como base para a elaboração de uma extensa malha viária, utilizada sobretudo na movimentação de tropas, no comércio e nas atividades jurídico-administrativas que passaram a ser realizadas na região. No território panônio, destacamos as estradas que ligavam a Península Itálica ao leito do Danúbio. Partindo de Aquileia, chegava-se a Carnunto, na margem direita do Danúbio, passando por Emona e Poetovio. Essa era uma via conhecida como "Rota do Âmbar", importante do ponto de vista comercial por conectar o Adriático à região do Báltico, no extremo norte da Europa. Além dessa estrada, podemos citar também aquela que margeava o vale do rio Sava, passando por povoamentos como Siscia e Sírmio, até chegar a Singiduno, na margem direita do Danúbio (Fodorean, 2016, p. 17, 20). Fontes imprescindíveis para o estudo dessas estradas e das construções civis e militares erguidas em seus cursos são o Itinerário Antonino e a Tábula Peutingeriana, como demonstra Fodorean (2016).

A presença de rios navegáveis, sem dúvida, também auxiliou na integração do território ilírio. Estrabão (*Geo.*, VII, 5, 2) escreve a respeito do transporte de mercadorias nos leitos fluviais. O autor afirma que as carroças eram conduzidas até Nauperto, onde ficava o rio Corcoras, no qual os carregamentos eram colocados em navios. Observa-se que uma parte da rota era efetuada por meio de estradas, certamente a que ligava Aquileia a Nauperto, e, em seguida, as mercadorias eram colocadas nos navios. Dali, poderiam ser levadas com facilidade às regiões banhadas pelos rios Corcoras, Sava e Danúbio, já que centros urbanos importantes estavam localizados em suas margens, como Emona, Siscia, Sírmio e Singiduno.

Quanto à urbanização, verificamos um investimento por parte de Roma na organização do território por meio da criação de *civitates*, nas quais as populações pré-romanas foram integradas de maneira gradativa. Como Guarinello (2010, p. 116) afirma, as cidades foram agentes ativos no processo de fusão entre as identidades romana e nativa, não como uma imposição cultural abrupta do conquistador, mas como uma negociação gradual entre dois sujeitos distintos. No caso da integração da Ilíria ao Império Romano, nota-se que os romanos e os líderes das populações locais buscaram selar acordos, o que se evidencia por meio da concessão da cidadania romana a estes (Kovács, 2018, p. 168-169). O direito à cidadania e o desenvolvimento de uma estrutura urbana de tipo romano são processos que estão interligados. Por um lado, as alianças entre os romanos e a elite local auxiliavam aqueles na administração e controle do território anexado. Em contrapartida, a elite local recebia o direito à cidadania e seus povoamentos galgavam *status* cada vez mais elevados, permitindo o acesso a maiores benefícios por parte da burocracia imperial. Sendo assim, sob os Flávios (69-96), algumas *civitates peregrinae*, que ocupavam uma categoria menos elevada e, portanto, tinham menos direitos, foram

elevadas ao nível de *municipia*, como *Neviodunum*, *Aquae Belisae* e *Andautonia*. Outro vetor de integração foi a fundação de colônias de veteranos em território ilírio,¹⁵ o que foi essencial para a manutenção do controle sobre a região. Nesse grupo, encontram-se Emona (Tibério), Savaria (Cláudio), Sirmium (Vespasiano), Síscia (Vespasiano), Poetovio (Trajano) e Mursa (Adriano). Floresceram também diversos tipos de assentamentos menores, como os *canabae* e os *vici* (militares e civis) (Kovács, 2013, p. 132, 136).

Conclusão

Por meio deste artigo, analisamos o processo de integração da região da Ilíria ao Império Romano, com ênfase nas campanhas militares romanas, na administração do território e nas relações entre romanos e populações locais. Observamos que a Ilíria foi um espaço em constante disputa entre romanos e nativos, no período que se estende entre o século III a.C. e o I d.C. No início, os romanos adotaram uma abordagem menos invasiva, permitindo que as elites locais governassem, desde que mantivessem sua lealdade a Roma e cumprissem os acordos políticos e econômicos estabelecidos. No entanto, essas elites demonstraram resistência mediante o descumprimento dos acordos e a organização de revoltas contra o domínio romano, o que exigiu uma ação imediata dos legados. Durante a República, não houve uma integração significativa da Ilíria ao Império, exceto em se tratando das *civitates* costeiras, que há muito tempo contavam com comunidades de colonos romanos. Nas áreas distantes da costa, o conflito persistiu até os primeiros anos do Principado, quando a presença militar mais robusta garantiu o controle efetivo. Todavia, apesar da militarização da região, a integração dos *ethne* ilírios não foi automática, sendo necessário também o estabelecimento de estruturas urbanas romanas e a participação da elite local na administração desses espaços. Por fim, destacamos que o termo “Ilíria”, assim como “Dalmácia” e “Panônia”, era usado pelos romanos para se referir a uma vasta região habitada por grupos humanos diferentes entre si. Sendo assim, é preciso apontar que cada população reagiu de maneira distinta à invasão romana dos territórios que antes lhe pertenciam. Reconhecer essa diversidade é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e políticas que ocorreram na região, sendo necessárias

¹⁵ Nesse ponto, empregamos o termo “ilírio” no sentido geográfico, para se referir a uma região extensa situada entre o Adriático e o Danúbio. Contudo, temos ciência de que as fronteiras provinciais mudaram ao longo do tempo, de modo que, por exemplo, Emona, que antes pertencia à Ilíria, passou a se situar na Península Itálica (Kovács, 2013, p. 138). Após a adoção dos nomes Panônia e Dalmácia para se referir às antigas províncias da Ilíria Superior e Inferior, nenhuma província romana foi denominada Ilíria, apesar de esse termo ter continuado sendo utilizado pelos autores gregos e latinos para se referir àquela região (Šašel Kos, 2013b, p. 182).

análises de caráter “contextual” para entender as particularidades de cada *ethnos* frente à nova ordem que se estabeleceu após a chegada dos romanos.

Referências

Documentação textual

- APPIAN. *Roman History*: Book VIII (Part II); Book XII. Translated by Horace White. Cambridge: Harvard University Press, 1962. v. 2.
- AUGUSTUS. *Res gestae Divi Augusti*. In: SUETÔNIO; AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Traduzido por Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 117-138.
- PLINIO, EL VIEJO. *Historia Natural*: Libros III-VI. Traducción y notas de Antonio Fontán, Ignacio García Arribas, Encarnación del Barrio y María Luisa Arribas. Madrid: Gredos, 1998. v. 2.
- POLYBIUS. *The Histories*: Books III-IV. Translated by William Roger Paton. Cambridge: Harvard University, 1922. v. 2.
- STRABO. *The Geography of Strabo*: Books VI-VII. Translated by Horace Leonard Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1954.
- SUETONIUS. *Divus Augusti*. In: SUETÔNIO; AUGUSTO. *A vida e os feitos do divino Augusto*. Traduzido por Matheus Trevizam e Paulo Sérgio Vasconcellos. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 51-115.
- TITO LIVIO. *Historia de Roma desde su fundación*: Libros XLI-XLV. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Gredos, 2008.

Obras de apoio

- BEĆA, A. Š. The issue of origin and division of the province of “Illyricum”. *Arheološki radovi i rasprave*, n. 21, p. 87-110, 2022.
- DALLA ROSA, A. Illirico (Dalmazia e Pannonia). In: LETTA, C.; SEGEMNI, S. (ed.). *Roma e le sue province*: dalla prima guerra punica a Diocleziano. Roma: Carocci, 2015, p. 155-161.
- DŽINO, D. *Illyricum in Roman politics (229 BC - AD 68)*. New York: Cambridge, 2010.
- FODOREAN, F-G. *Pannonia, Dacia and Moesia in the ancient geographical sources*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2016.

- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. *Mare Nostrum*, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.
- KOVÁCS, P. Northern Pannonia and the Roman conquest. In: BRADAČ, M. M.; DEMICHELI, D. (ed.). *The century of the brave: Roman conquest and indigenous resistance in Illyricum during the time of Augustus and his heirs*. Zagreb: FF, 2018, p. 163-169.
- KOVÁCS, P. Some notes on the change of the term *pannonius*. In: NEMETI, S. et al (ed.). *The Roman provinces: mechanisms of integration*. Cluj-Napoca: Mega, 2019, p. 133-142.
- KOVÁCS, P. *Territoria, pagi and vici* in Pannonia. In: ECK, W.; FEHÉR, B.; KOVÁCS, P. (ed.). *Studia Epigraphica in memoria of Géza Alföldy*. Bonn: Dr. Rudolf Haberl GmbH, 2013, p. 131-154.
- LUTHAR, O. (org.). *A terra e o seu entorno: uma história da Eslovênia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
- MÓCSY, A. *Pannonia and Upper Moesia: a history of the Middle Danube Provinces of the Roman Empire*. Translation edited by Sheppard Frere. London: Routledge, 2014.
- OLIVEIRA, J. C. M. Tibério. In: SILVA, M. A. O.; PORTO, V. C. (org.). *Imperadores romanos: de Augusto a Marco Aurélio*. Teresina: Labham, 2019, p. 40-70.
- ŠAŠEL KOS, M. Illyria and Illyrians. In: BAGNALL, R. S. et al. (ed.). *The Encyclopedia of Ancient History*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2013a, p. 3407-3409.
- ŠAŠEL KOS, M. The creation of the province of Dalmatia in light of the recent research. *Mélanges de l'École Française de Rome*, v. 134, n. 1, p. 61-70, 2022.
- ŠAŠEL KOS, M. The Roman conquest of *Illyricum* (Dalmatia and Pannonia) and the problem of the northeastern border of Italy. *Studia Europaea Gnesnensis*, n. 7, p. 169-200, 2013b.
- WILKES, J. J. *Studies in the Roman province of Dalmatia*. 1962. Thesis (Doctorate in Philosophy) – Department of Archaeology, University of Durham, Durham, 1962. v. 1.
- WILKES, J. J. *The Illyrians*. Oxford: Blackwell, 1995.